



A BAIXADA FLUMINENSE É BANTA O BRASIL É BANTO SOMOS BANTOS SIM SENHOR

Jeusamir Alves da Silva (Tata Ananguê)¹

RESUMO

Este trabalho é fruto da investigação sobre a influência da cultura e religiosidade do povo banto na Baixada Fluminense, oriundo da África Centro-Occidental, que mesmo espalhado por todo o território brasileiro, do início ao fim da escravidão, permanece marginalizado como nação e religião, por guardar incompatibilidades com o racismo ocidental moderno. Guardando também, indícios eloquentes do que lhe fora descartado na construção desse império. Em razão disso, com o resultado obtido, pretende-se desenvolver um material de contribuição historiográfica e pedagógica, para aplicar no ensino básico, e possibilitar a formação de professores das redes pública e privada de ensino nessa temática, como implementação da Lei. 10.639/2003/PR. Desta forma, provocará, a sociedade brasileira a mergulhar nela mesma, buscando entender aquilo que ainda não foi bem compreendido em função da negligência sobre o conhecimento da África e dos africanos dispersos. O objeto foi composto por terreiros bantos da Baixada Fluminense. O recorte para essa região, justifica-se por sua maior concentração de negros de origem banta, desde a época da colonização até a presente data. A metodologia teve o apoio da Tradicional Oralidade Banta, identificada como (TOB), na aproximação com os terreiros da região, para entrevistas sacerdotais, aplicação de questionários fechados, observações participantes com relatos, fotografias, gravações, filmagens. Também, usou-se a Internet através de redes sociais, sites, blogs, e etc, em virtude da cultura e religiosidade bantas calcarem-se na oralidade. Tudo isso, devidamente autorizado e apoiado por uma minuciosa revisão bibliográfica dos autores citados ao longo do texto.

Palavras-chave: Influência Banta, Baixada Fluminense, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Apesar dos bantos terem sido os primeiros escravizados aqui introduzidos, e espalhados por todo território brasileiro (do século XVI ao XIX), praticamente, nada se sabe

¹Doutorando em Educação com especialidade em Investigação pela Universidad Internacional Iberoamericana UNINI - Puerto Rico. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/FEBF/UERJ. Pós-graduado em: História e Cultura Afro-Brasileira; Ensino de História; Ciências da Religião; Ensino da Língua Espanhola, Artes: Técnicas e Procedimentos; Gestão Escolar Administração, Supervisão e Orientação pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Graduado em História pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR (licenciatura com experiência na área de História com ênfase em História e Cultura Afro-Brasileira e História, Cultura e Religiosidade Bantu). Graduado em Artes - Educação Artística, pelo Instituto Universitário Claretiano (licenciatura). Curso de Aperfeiçoamento em História e Cultura Afro-Brasileira pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Curso de Extensão Universitária História e Cultura Afro-Brasileira também pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Curso de Extensão universitária em O Povo Bantu: Mitos e Deuses Africanos de Angola pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Email: ananguê@gmail.com



oficialmente, sobre o seu papel na construção do Brasil e na formação da nossa língua. Trata-se de uma área bastante carente de estudos, pois muito pouco nesse sentido foi realizado.

Pistas apontam para fatos que levam as tradições e referências culturais desse povo terem sido fundamentais na construção da identidade brasileira. Esse conjunto de valores tradicionais e culturais permanece vivo no dia a dia das famílias nos terreiros de candomblé, nas ruas, nos mercados, festas populares, ou em qualquer outro lugar de concentração humana afrodescendente, principalmente por meio de sua linguagem, dança e musicalidade. Essas expressões, porém, não são identificadas quanto aos seus países de origem. Lamentavelmente, são generalizadas nas salas de aulas desta região, bem como, em outras regiões do Brasil, como “africanas”. Dessa forma fica a ideia de reducionismo geográfico do continente africano, berço da civilização, à condição de país como o Brasil e Portugal.

Após mais de 15 anos da promulgação da Lei 10.639-03, que torna obrigatória a inclusão do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio, ainda é possível constatar muitos encaminhamentos necessários para uma efetiva implementação desse processo. Entre esses, pode-se identificar a ausência de uma contextualização local e regional da História Banto-Brasileira, sobretudo as suas interfaces bantas na Baixada Fluminense.

Assim, pesquisar a história cultural e religiosa banta, faz com que além de oferecer a chance de avaliar a sua (re)existência, desperta o sentimento de pertencimento dentro da comunidade científica. Além disso, esta pesquisa contempla principalmente, o jovem afro-brasileiro, recuperando-lhe a autoestima, a medida que toma conhecimento do seu país de origem. Conhecimento este, que o posiciona na sociedade, como pertencente a uma das etnias construtoras deste país, e formadora da nossa língua, tanto quanto a indígena e a portuguesa.

Esta pesquisa, além de comprovar a resistência banta e reforçar a ideia de patrimônio contribui, conseqüentemente, para identificar as diferenças entre Candomblé Banto e os Candomblés Jêje/Nagô. Daí, então, pode-se pensar em uma futura inclusão de conteúdos sobre o Candomblé Banto nas grades curriculares do ensino brasileiro. Além disso, pensar também na possibilidade de proporcionar a formação, a capacitação e a atualização de professores da rede pública de ensino sobre o Candomblé Banto promovendo um gancho na Lei. 10.639/2003/PR, que obriga a inclusão no Ensino Fundamental e Médio, da História do Negro na África e no Brasil.

Portanto, este trabalho apresenta-se como uma contribuição para uma sociedade que é negra, mas que não se conhece. Uma sociedade que, embora tenha influência determinante das culturas africanas, especialmente aquelas de origem banto, em sua língua, culinária,



moradias, musicalidade e outros aspectos da vida social, mas diuturnamente as ignora. Assim, o mesmo não trata apenas de oferecer visibilidade sobre as culturas bantas no Brasil, mas sobretudo uma provocação para a sociedade brasileira fazer um mergulho nela mesma, buscando entendimento para aquilo que ainda não foi bem compreendido em função da negligência sobre o conhecimento da África e dos africanos dispersos.

Como política de ensino o conteúdo sobre o Candomblé Banto, a partir da Lei 10.639 pode e deve ser aplicado nas salas de aula, nas aulas de história, artes, educação artística, geografia e literatura africana. Este conteúdo contribui para que a África e a diáspora africana sejam ensinadas nas salas de aulas para as crianças/adolescentes. Quanto ao diálogo com as políticas públicas educacionais, o mesmo pode servir para a formação continuada dos professores.

METODOLOGIA

Pode-se afirmar que, a pesquisa está baseada no uso da metodologia quantitativa, uma vez que se iniciou com a coleta e mensuração de dados demográficos da população africana que trouxe a cultura religiosa dos povos bantos para o Brasil. Em uma primeira fase, foi necessário construir um levantamento bibliográfico, de forma a organizar um ambiente de diálogo com pesquisadores que se debruçaram anteriormente sobre o tema. Em seguida, uma fase de levantamento de dados através da coleta de fontes escritas, sobretudo a documentação sobre a maioria da população africana no Rio de Janeiro que, por sua vez, tinha nas etnicidades de origem banto a sua origem. Neste caso, a documentação disponível em jornais do século XIX depositadas na Biblioteca Nacional, bem como a documentação civil e religiosa sobre os tempos da escravização, depositadas no Arquivo Nacional foram fundamentais para esse processo.

Além disso, foram realizadas visitas de campo aos terreiros tradicionais, e entrevistas com dirigentes dos mesmos, assim como observação participante, inclusive, com o uso de recursos eletrônicos, como câmera fotográfica e gravadores, tudo previamente autorizado pelos respectivos dirigentes. Por motivo do Candomblé Banto amparar-se na oralidade, procurou-se, fazer dela nosso instrumento de trabalho, recorrendo a relatos via internet, através das redes sociais e outros meios como sites, blogs, etc. Somou-se a essa sabedoria oral uma revisão bibliográfica, de autores citados ao longo do texto.



REFERENCIAL TEÓRICO

Trata-se de uma temática pouco conhecida, e muito pouco explorada, haja vista que mesmo tendo sido os bantos a primeira vertente negra introduzida no Brasil no século XVI e a partir daí, até o final da escravidão no século XIX. Raimundo Nina Rodrigues, o precursor, publicou na Revista Brasileira, quatro capítulos intitulados “O Animismo Fetichista dos Negros Baianos”, após a chegada da última vertente negra, os Nagôs, falantes da língua Iorubá.

No IV Capítulo dessa revista declara Rodrigues (1896, p. 104):

Debalde procurei entre os áfrico-bahianos idéias religiosas pertencentes aos negros bantús. Até hoje não conheço um ó negro que faça ideia sequer do que seja o *morimô* ou o *Unkúlunkulú*, dos *Amazulús*. Não pretendo que não existam na Bahía negros bantús, mas apenas que a julgar pelas formas religiosas persistentes não constituíram a procedência principal dos negros importados pelo tráfico.

Discípulos de Nina Rodrigues, como Arthur Ramos e Edson Carneiro, seguiram os passos do mestre mantendo esse pensamento de superioridade dos sudaneses, chegados posteriormente, em detrimento dos bantos (SILVA, 2010). Todavia, Arthur Ramos, mesmo concordando com seu mestre, quanto a falta de mais riqueza de elementos cosmogônicos, estética em geral, e outros elementos, em sua obra, “O Negro brasileiro”, confirma a presença banta na Bahia nessa época.

Segundo Ramos (2001, p. 85):

E tal foi a influência dos sudaneses na Bahia, pelo número e pela maior riqueza dos seus elementos míticos, originando uma espécie de religião geral jêje-nagô, que o próprio Nina Rodrigues teve as suas vistas desviadas de qualquer outro tema negro religioso que não fosse jêje-nagô, muito embora tivessem entrado também negros bantus, principalmente, angolenses na Bahia.

Edson Carneiro em seu livro “Religiões Negras” refere-se ao Candomblé Banto como Candomblé de Caboclo, classifica tanto a mítica dos bantos quanto a dos ameríndios como pobríssima, e igualmente pobre, respectivamente, não escondendo a sua aversão ao Candomblé Banto.

Afirma Carneiro (1936, p. 87):



Foi a mítica pobríssima dos negros bantus que, fusionando-se com a mítica igualmente pobre do selvagem ameríndio, produziu os chamados candomblés de *caboclo* na Bahia. Contrariamente ao que se pensa, os bantus chegaram aqui em número considerável. Principalmente de Angola. O folclore regional está fortemente impregnado de elementos bantus, os cacumbis, o samba, a capoeira, o batuque os ranchos do boi, -mas só mais tarde, possivelmente nos fins do século XIX, as sobrevivências mítico-religiosas bantus viriam à tona, sob a forma atual.

O Candomblé Banto, outrora rotulado de Candomblé de Caboclo por Edson Carneiro, a título de inferiorização, foi discriminado pelas nações Jêje/Nagô, principalmente por causa de seus adeptos serem incorporados por Caboclos. Porém, de 1950 para cá os Caboclos passaram a ser adorados e cultuados por essas nações de origem *fon* e *yoruba*, de forma surpreendentemente luxuosa por meio de magníficas celebrações, sem contudo, em seus depoimentos, não esconderem determinado menosprezo pelo candomblé de Angola e respectivos caboclos².

E o fato mais interessante é que esses terreiros de nações sudanesas, nessas comemorações para Caboclos, despojam-se de seus rituais Jêje/Nagô para adotarem a liturgia banta, desde a abertura dos trabalhos até o final da festa, obrigando-se a tocar, cantar e dançar Candomblé de Angola (Banto)³. Todavia, ao agir dessa forma, deixam transparecer a mesma opinião equivocada de Edson Carneiro (Carneiro, 1936, p. 92), no início dos seus estudos sobre o assunto, quando este classifica o Candomblé de Nação Banto como Candomblé de Caboclo. Desse modo, O precursor e seus discípulos já supracitados, de certa forma, acabaram por “decretar” a marginalização da cultura e religiosidade banta, em prol das vertentes sudanesas, posteriormente chegadas.

Surgiu então, a importância desta pesquisa, de cunho nacional e internacional, que por sua natureza diaspórica atlântica, torna-se original e relevante, dada a carência de estudos sobre a influência banta. O estudo sobre o negro no Brasil iniciou-se nos finais do século XIX e início do século XX culminando por rotular a cultura e religiosidade Jêje/Nagô, como a mais sábia, ou completa, em detrimento da cultura banta. Então, para um melhor embasamento nessa investigação, resolveu-se aqui registrar a opinião do precursor Nina Rodrigues, sobre os negros no Brasil, e as dos seus seguidores, buscando, a partir daí, analisar

² Depoimento de origem nagô, em determinados momentos, deixa transparecer um certo ranço, sobre Candomblé de Angola e caboclo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LVMZtkUI2WY&t=31s>>. Acesso em 05. Maio 2020.

³ Festa do Caboclo Pena Branca no terreiro de nação *ketu Ilê Asé Álá Obatalandê* (09/06/2018). *Babalorixá Anderson de Oxalá*. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=nMMIiKquv3Q&t=128s>>. Acesso em 10 Ago. 2018.



minuciosamente, em suas entrelinhas, e principalmente nas formas implícitas, a preponderante participação do negro banto que lhe fora negada.

Desta forma foi possível identificar previamente o negro banto e o seu país de origem, e não generalizá-lo como negro africano. Até porque sendo a África um continente, é formada por inúmeros países com culturas diferentes, religiões diferentes, e diferentes regiões. O povo de línguas bantas habita a África Centro-Occidental e é a parte negra responsável pela construção do Brasil e formação da língua brasileira, junto com o índio do Brasil e o português de Portugal com suas antigas colônias. Haja vista a ordem de chegada, e o lapso temporal entre elas, Banto Angola (século XVI), *Fon* ou *Jeje* (século XVII) e Nagô ou Iorubá (século XVIII), respectivamente, introduzidas na nova colônia. Essas duas últimas pertencentes a África Occidental (CASTRO, 2011).

Para tal, buscou-se o apoio da Tradicional Oralidade Banta (TOB)⁴, depositária dos grandes segredos bantos, no afã de encontrar resultados que venham contemplar a comunidade científica afro-banto brasileira, bem como promover por meio da educação, a sua desmarginalização cultural e religiosa.

Então, procurou-se trazer, também, para o diálogo autores vistos ao longo do texto, com diferentes opiniões, que mesmo algumas vezes de forma tácita em seus referenciais teóricos, trazem vestígios que levam a entender o papel preponderante dos negros bantos na formação do Brasil e na construção da nossa língua.

No clássico “Raízes do Brasil” Holanda (2011, p. 48) cita:

Os antigos moradores da terra foram prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação de gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais”.

Percebe-se, também implicitamente, nessa fala de Holanda (2011) a presença dos bantos, na questão da transição no início da colonização, da mão de obra agrícola entre índios

⁴ Sendo um dos principais valores do candomblé banto, “o respeito aos mais velhos”, a Tradicional Oralidade Banta é aquela formada por lideranças, com mais de cinquenta anos de iniciação, que realizam feitos dignos de registros, em prol da comunidade banta. São aqueles(as) que transmitem a tradição oral recebida dos seus antepassados, para os mais novos. O proponente, além de ser iniciado no Calundu, em 02/04/1944 data do seu nascimento, e posteriormente no Candomblé de Angola em 1965, acumula 76 anos de iniciado e chefe de terreiro, sendo dessa forma membro da Tradicional oralidade banto.



e negros bantos, já que foram estes, os primeiros a serem introduzidos no século XVI para trabalharem, principalmente nas lavouras de cana de açúcar.

Em relação a nossa língua, o que falta é a conscientização de que as palavras africanas que fazem parte dessa construção são oriundas do *Kimbundu* e do *Kicongo*, línguas bantas faladas em Angola. Como exemplo cita-se: banda; bagunça; barafunda; marimbondo; maxixe; quiabo; jiló; butuca; canjica; quitanda; senzala; dendê (CASTRO, 2011).

Ainda mais, segundo Castro (2011, p. 1):

Nesse vocabulário, há de distinguir os aportes antigos - a maioria proveniente de línguas angolanas -, que entraram na época colonial para o domínio da língua portuguesa e já se encontram completamente integrados ao seu sistema linguístico de onde formam diferentes derivados com prefixos e sufixos (*esmolambado* de molambo, *sambista* de samba, *encalombado* de calombo, *maconheiro* de maconha, *xingamento* de xingar, *umbandista* de umbanda).

Diante desses esclarecimentos, torna-se mais simples compreender as expressões de Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala”, onde cita de modo implícito a presença do negro banto angolano, nas palavras, *dendê*, *quiabo*, da língua *quimbundo*, que fazem parte da *Kulambella* (cozinha sagrada dos *Akisi* que, por sua vez, são divindades do candomblé banto angola). Diz Freyre (2006, p. 541-542):

Um traço importante de infiltração de cultura negra na economia e na vida doméstica do brasileiro resta-nos acentuar: a culinária. O escravo africano dominou a cozinha colonial, enriquecendo-a de uma variedade de sabores novos[...]. No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite de dendê e da pimenta malagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade na maneira de preparar a galinha e o peixe.

Considerando a gama de subsídios até aqui apresentados, junta-se a estes, a relevância da diáspora atlântica dos povos africanos. Durante o tráfico português de escravizados para a nova colônia, três vertentes africanas foram introduzidas no Brasil, cronologicamente, durante o processo colonial. A primeira, no século XVI, proveniente da África Centro-Ocidental, os *Bantu*: palavra, segundo a tradução dos Capuchinhos de Ambaka, *Ba* prefixo da língua *Quimbundo* que significa muitos e *untu* corresponde a corpo, homem, indivíduo, pessoas ou tribo (SILVA, 2006).

Dito isto, conclui Silva (2006, p. 212):



Parece que eram produtores de alimento os que falavam proto banto. Possuíam palavras para dendezeiro, legume, figueira, fava, azeite, cogumelo, galinhad'angola, bode, cachorro. E talvez, para boi, embora o mesmo termo significasse búfalo. Tinham nome para moita e matagal, mas não para campina ou pastagens.

A segunda vertente foi a dos *Jeje* ou *Fon*, oriundos do território onde o Benim situa-se, que era ocupado no período pré-colonial por pequenas monarquias tribais, das quais a mais poderosa foi a do reinado *Fon* de *Daomé*. Os portugueses estabeleceram entrepostos no litoral, conhecido então como *Costa dos Escravos*. Os negros capturados eram vendidos no Brasil e no *Caribe*. Introduzidos no Brasil em meados do século XVII e XIX, inicialmente nos mercados de escravos na Bahia e de lá se espalharam pelo recôncavo baiano e, posteriormente, por todo o território brasileiro (SILVA, 2006).

A terceira vertente, os Nagôs vieram do *Togo*, *Nigéria* e *Benin*, já no século XVIII, época da descoberta do ouro, em Minas Gerais. Por serem considerados bons mineradores em suas terras se achavam superiores, cultural e religiosamente, ao povo banto já aqui estabelecido há praticamente trezentos anos (SILVA, 2006).

Na época do primeiro estudo sobre o negro eram os *Nagos* ou *Sudaneses* que estavam em evidência. Não considerou-se as importantíssimas fontes de origem banta, ignorou-se as manifestações folclóricas no Brasil como: capoeira, samba, congadas, maracatu, jongo e etc.

Passou-se despercebida a vertente negra que formou junto com o europeu e o índio o nosso português brasileiro, que foi exatamente a do negro *Banto-Ngola*, que falava o *Kimbundu*. Somos uma sociedade híbrida, temos a nossa língua formada pelo Tupi Guarani do nosso índio (país Brasil) somado ao *Português* europeu (país *Portugal*). E, por que na vez do negro, não citamos o país africano de onde ele veio e qual a sua língua? Por que dizemos simplesmente negro africano, quando a *África* é um Continente?

É importante saber que, nos portos do sudeste do Brasil, durante a escravização, principalmente no Rio de Janeiro, entraram quase três milhões de pessoas. Destas, mais de 80% eram procedentes de regiões de cultura banta. Nielson Rosa Bezerra, em seu livro “A Cor da Baixada”, nos ensina, que devida a “presença majoritária banta nos diversos espaços da vida escrava do Rio de Janeiro era natural vê-los nas ruas como trabalhadores urbanos, mas principalmente no campo” (BEZERRA, 2011, p. 33).

Quanto a sua identidade, de acordo com a TOB, o Candomblé Banto Angola é fruto da vinda de homens e mulheres bantos pertencentes as duas etnias: os ambundos majoritários, e os bacongos minoritários. Já na opinião de Luis Mott, o Candomblé Banto tem sua origem nas



reuniões chamadas Calundus realizados pelos africanos escravizados que vieram para o Brasil durante o Tráfico Transatlântico (MOTT, 2011).

O Candomblé Banto, como se conhece hoje, é a mais antiga expressão da cultura afrodiáspórica ainda preservada na sociedade brasileira. Embora advinda de uma longa temporalidade de clandestinidade, os deuses *akisi* (plural de *mukisi*) na língua *Kimbundu*, também conhecidos como *Jinkisi* (plural de *Nkice*) na língua *Kikongo*, são cultuados no Brasil desde os tempos coloniais. Primeiro com o pluralismo e o sincretismo religioso ainda nos tempos da escravidão, depois na perseguição e na discriminação dos primeiros tempos republicanos e, atualmente, em uma inexplicável luta por respeito e dignidade, em função de uma intolerância social que já deveria ser obsoleta em pleno século XXI.

Assim, identificam-se dois problemas que tornam-se o foco principal desse trabalho: a) a discriminação da religiosidade afro-brasileira e a crescente intolerância religiosa no Brasil nos últimos anos; b) a invisibilidade dos cultos bantos no âmbito da hegemonização do candomblé e suas estratégias de resistência. Desse modo, esse trabalho estrutura-se de forma a investigar as origens das diferentes nações e etnicidades de origem banto que chegaram no Rio de Janeiro desde os tempos do tráfico atlântico de escravos, bem como o processo de assentamento das pessoas oriundas da África Centro-Occidental na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, sobretudo na região reconhecida como Recôncavo da Guanabara, isto é, uma parte do que conhece atualmente por Baixada Fluminense (BEZERRA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para chegar-se hoje até aos bantos na Baixada Fluminense, foi preciso retroceder no tempo, até ao período do tráfico transatlântico, para consultar de preferência o TSTD (*Trans-Atlantic Slave Trade Data-base*)⁵. Banco onde é possível identificar quantidade e tomar conhecimentos do volume de pessoas comercializadas como trabalhadores escravizados entre África e as Américas através do Atlântico.

Nessa consulta, além de perceber que aproximadamente 12.570.000 africanos foram comercializados através do tráfico atlântico de escravos, também foi possível identificar as proporções de cada região africana dentro desse processo. Pôde-se perceber também que, quase a metade dessa grande quantidade de seres humanos foi embarcada em portos da África Centro-Occidental. O que significa que quase seis milhões de pessoas foram provenientes das

⁵Um grande banco de dados resultante de um projeto coordenado por David Eltis e David Richardson e que contou com a contribuição de pesquisadores de diferentes países. Com isso, foi possível mapear cerca de 35 mil viagens, suas embarcações, seus capitães, proprietários e nacionalidades. Disponível em: <www.slavevoyages.org>. Acesso em: 21 nov. 2017.

idades litorâneas de Angola, como Benguela, Luanda e Cabinda e das áreas situadas mais no interior daquela região, como Cassanje, Massangano, entre outras (BEZERRA, 2011, p. 28).

Diante disso, na tabela 1 mostra-se:

Tabela 1

Volume de africanos comercializados durante o tráfico transatlântico de escravos (1501 – 1867)

Regiões Africanas	Números	%
Senegâmbia	756.000	6
Serra Leoa	389.000	3,1
Costa da Mina	337.000	2,7
Costa do Ouro	1.209.000	9,7
Baía do Benin	1.999.000	16
Baía de Biafra	1.595.000	12,7
África Centro-Occidental	5.695.000	45,5
África Occidental	543.000	4,3
Total	12.570.000	100

Fonte: Slavevoyages (2017). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <www.slavevoyages.com>.

Tal como se observa na Tabela 2, pode-se verificar que foi no século XVII que o Brasil tornou-se um grande importador de mão de obra escrava. No século XVIII, o Rio de Janeiro tornou-se a principal porta de entrada do Atlântico para os africanos escravizados nas Américas. Um crescimento estimativo de mais de 100%, deu-se entre os séculos XVII e XVIII. Porém, o mais interessante é que durante o século XIX, mesmo proibido pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, esse tráfico aumentou ainda mais. Nessa ocasião o TSTD, registrou viagens até 1867.

Tabela 2

Estimativa do número de escravos africanos carregados por embarcações portuguesas e brasileiras (séculos XVI-XIX)

Período	Números	%
Século XVI	154.000	6
Século XVII	1.012.000	3,1
Século XVIII	2.213.000	2,7
Século XIX	2.420.000	9,7
Total	5.849.300	100

Fonte: Slavevoyages (2017). *Trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <www.slavevoyages.com>.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguiu-se trazer à baila, por meio de sua religião, um pouco da história de um povo, que embora tenha exercido papel preponderante na construção do Brasil, e na formação da nossa língua, vem ao longo desses quase 500 anos relegado ao ostracismo. Ao pesquisar a Lei 10.639/2003/PR, encontrou-se a passagem “[...] o ensino da história do negro na África e no Brasil”. Justamente o gancho para lutar pela inclusão da cultura e religiosidade desse povo oriundo da África Centro Ocidental.

Povo esse, aqui introduzido desde os meados do século XVI, até o final da escravidão no século XIX, e que graças a sua primeira expressão religiosa aqui no Brasil, chamada Calundu permanece, até os dias atuais em forma de candomblé, mantendo viva a sua religiosidade, através da família espiritual e consanguínea, como uma das principais maneiras de resistir ao julgo opressor.

Foi de suma importância buscar a academia, transformando a universidade e o terreiro banto em uma via de mão dupla, no preenchimento desta secular lacuna na história do Brasil. Fato este que poderá se desdobrar em proporções cada vez maiores, seguindo a pista da dispersão banta por todo território brasileiro, de maneira a despertar cada vez mais o interesse acadêmico sobre a temática.

Este trabalho não pretende ser o melhor dos escritos sobre o assunto até o presente momento. Apenas apresenta-se como uma contribuição aos estudos do jovem afro brasileiro sobre o povo banto no Brasil, inclusive para aqueles adeptos e praticantes do Candomblé Banto e, até mesmo, os que não abrem mão da denominação Congo-Angola, e da nagotização. Espera-se ainda, que o mesmo venha despertar o interesse de outros pesquisadores, no intuito de criar novas linhas de pesquisas em relação a esta temática.

REFERÊNCIAS

- ADOLFO, P, S. *Nkissi Tata dia Nguzu, estudos sobre o candomblé Congo-Angola*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina. 2010.
- ÂNGELO, A. *O PovoBantu, mitos e deuses africanos de Angola: as influências culturais e religiosas Brasil/Angola*. Disponível em: <<http://www.cepuerj.uerj.br/desccurso.aspx>>. Acesso em: 17 Fev. 2017.
- BEZERRA, N, R. *A cor da baixada*. HPPH-CLIO, Duque de Caxias. 2011.



CASTRO, Y. P. Marcas de Africania no Português Brasileiro. *Africania.com*. V.01, (01), p.1-7. 2011.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global Editora. 2003.

HOLANDA, S, B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

MOTT, L. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

_cAhWBizAKHUaCAAyQwqsBMAN6BAgEEAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3DpAfbGcdPhP8&usg=AOvVaw3d9SGN95FvtmgGW-HRBsz.
Acesso em: 06. Ago. 2018.

RAMOS, A. *O Negro Brasileiro* – 5. Ed. Rio de Janeiro: Graphia. 2001.

RODRIGUES, R, N. *O animismo fetichista dos negros baianos. Capítulo IV. Cerimônias do culto fetichista; candomblés, sacrifícios, ritos funerários*. Rio de Janeiro: Sociedade – Revista Brasileira, 1896.

SILVA, A, C. *A enxada e a çança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2006.

SILVA, J, A. *Angola Nação Mãe*. Duque de Caxias: Maná Betel. 2010.

SLAVEVOYAGES. *The trans-Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/>>. Acesso em: 18 Jul. 2018.